

EUROPEIAS 2019



Manifesto eleitoral do Bloco de Esquerda

A FORÇA QUE FAZ A DIFERENÇA

A Europa vive num tempo de muros. Décadas de integração desigual e o grande consenso liberal, que dirigiu a União Europeia (UE), transformaram o mapa político. O colapso da social-democracia é resultado da sua desistência da luta pelos direitos do trabalho, do combate à pobreza e desigualdades e pelo Estado social. A adesão dos Partidos Socialistas ao programa do liberalismo económico, que ficou conhecida como terceira via, foi, na realidade, a via para o abismo.

Dos escombros da Europa ultraliberal levantam-se agora sombras do passado em variantes mais ou menos modernas. A ascensão da extrema-direita resulta da conjugação entre uma crise social prolongada, a ausência de respostas em todo o arco do consenso europeu e o autoritarismo das suas elites, que não hesitaram em subjugar Estados e democracias, na prossecução da agenda do extremismo liberal. A ascensão da extrema-direita só se explica pela forma como o discurso de ódio, a xenofobia, o racismo, o sexismo e a homofobia ganharam força no próprio centro político.

Os dirigentes da direita europeia sempre afirmaram que a crise social permanente era o novo normal, a única política possível, e que só restava às pessoas conformarem-se e habituarem-se. Hoje, acrescentam-lhe a chantagem de uma Europa das trevas governada pela extrema-direita. Na ausência de qualquer projeto mobilizador, a elite europeia limita-se a agitar os monstros que criou.

O referendo do Brexit e, sobretudo, a reação europeia são sinais da desagregação de um projeto sem rumo. Perante o crescente descrédito das instituições e do projeto europeu, a União e os seus representantes multiplicaram-se em ameaças. O respeito pela vontade dos britânicos foi substituído por uma negociação punitiva, em que a dissuasão de terceiros prevalece sobre a construção de um novo quadro de relações internacionais com o Reino Unido e a proteção dos direitos nessa transição.

É nesta Europa bloqueada que se vão abrindo caminhos. Perante o falhanço das políticas europeias e da desistência dos que sacrificam tudo para defender uma União desigual, vão-se afirmando alternativas à esquerda que atingem uma dimensão nova em muitos países. Os caminhos são diferentes porque são diferentes os contextos e as lutas sociais, mas é dessas forças, dessa pluralidade e dessas alternativas que se está a construir um polo político que pode vir a hegemonizar a alternativa ao consenso liberal europeu. “Agora, o povo” será o nome dessa alternativa, feita do compromisso com o trabalho, com o Estado social, com a democracia e a solidariedade, em estreita relação com as lutas e os movimentos sociais.

As eleições europeias de 2019 realizam-se num momento de balanço do último ciclo político em Portugal. As vitórias e limitações da solução política que retirou a direita do poder ajudam a perceber a dificuldade dos caminhos que se colocam à democracia na era do autoritarismo europeu.

O acordo inédito com um governo minoritário do Partido Socialista reverteu algumas medidas da troika. Acabaram os cortes nos salários e pensões, o salário mínimo nacional cresceu 5% ao ano, foram repostos apoios sociais, integrados trabalhadores precários no Estado e travadas as privatizações. Há quase quatro anos, os prognósticos da direita política não podiam ser mais dramáticos. O desemprego ia disparar, a economia afundaria, as exportações entrariam em colapso e tudo culminaria num novo resgate, bancarrota e fracasso da solução política. Quatro anos depois, o clima económico e social não permite euforias, mas está a léguas da tragédia para onde o governo de Passos Coelho arrastava o país. Colapso hoje só mesmo o de uma direita fragmentada, sem política e sem discurso.

Mas os limites desta política no quadro das imposições europeias também estão claros. A despesa com serviços públicos continua a ser insuficiente, a legislação laboral continua a promover a precariedade e a compressão dos salários, os níveis de investimento público estão historicamente baixos. É preciso ir mais longe. É preciso fazer melhor. Os números mostram que o principal fator de equilíbrio das contas públicas foi o crescimento e que o principal fator de crescimento foi a recuperação de rendimento das famílias portuguesas. Como o Bloco de Esquerda sempre defendeu, promover o trabalho, os direitos e os serviços públicos é o único caminho para sair da crise. Estes anos provaram que isso é possível.

É preciso mais e melhor, precisamente porque ainda não saímos da crise. Com a frágil recuperação económica sob permanente ameaça, a ideia de que o país pode ficar a pagar uma dívida impagável durante décadas é absolutamente irrealista. É por isso que, depois de romper com o governo das direitas, fazer mais é fazer diferente. A esquerda que o Bloco representa rejeita a armadilha da dívida e a chantagem das instituições europeias e um futuro de subordinação permanente e desenvolvimento adiado.

1. UMA UNIÃO SEM RUMO

A UE está à deriva. Amarrada a tratados que impõem o ataque ao Estado social e aos salários, a União é incapaz de descolar para uma economia que crie empregos decentes, combata a pobreza de 25% da sua população e responda ao desafio das alterações climáticas. A falência da política europeia tem os seus expoentes mais agudos no colapso da social-democracia e na emergência de variedades de extrema-direita que atacam a democracia, perante a total passividade do mesmo diretório europeu que persegue países por décimas do défice. Paralisadas perante os monstros a que deram vida, as instituições europeias cobrem-se de vergonha ao provocar uma crise humanitária às suas portas, fazendo seus o discurso e a política da xenofobia. Entretanto, são cada vez mais os países em que surge ou cresce uma esquerda plural que desafia o consenso europeu e denuncia a falsa alternativa da extrema-direita.

Nos últimos anos, agravaram-se e precipitaram-se sintomas de desagregação na UE. O crescimento é medíocre, mas persiste em não chegar aos salários, agravando as desigualdades e multiplicando os riscos de instabilidade financeira. Nos últimos três anos, Portugal cresceu ligeiramente acima da média europeia (7% acumulados), mas os salários reais praticamente estagnaram (+0,5%). Desde 2008 diminuíram 0,4%. A marcha forçada para níveis absurdos de excedentes orçamentais (2,7% do PIB em 2018, 3% previstos para 2019) amarra o país a um rumo de crescimento desigual e desenvolvimento adiado.

Portugal distinguiu-se pelo seu zelo no cumprimento das metas orçamentais, mas o afinco de pouco lhe servirá, no contexto de uma dívida absolutamente impagável. Os pré-anúncios, por parte do BCE, de que irá abrandar e abandonar a sua política ultra-expansionista ameaçam particularmente as economias mais frágeis e sobre-endividadas, como é o caso da portuguesa. E, porque ameaçam as economias, ameaçam também as contas públicas.

Esse desempenho está a ser conseguido com o sacrifício de duas das mais importantes políticas públicas. O investimento público mantém-se em mínimos históricos (1,5%, 1,8% e 2% entre 2016 e 2018) e a despesa com serviços públicos não aumentou o suficiente para atingir sequer os valores nominais anteriores ao governo das direitas (mais 1300 milhões na Saúde, mais 500 milhões na Educação). A redução do peso dos serviços públicos não parou. Entre 2013 e 2019, a despesa pública em percentagem do PIB diminuiu em média um ponto percentual por ano, embora de forma mais lenta em 2018 e 2019. Uma política orçamental que assente, ainda que parcialmente, em semelhantes pressupostos tem pernas curtas.

Acresce que o cenário bem verosímil de uma nova crise financeira, para a qual o modelo de crescimento europeu está a contribuir de forma determinante, pode, a qualquer momento, fazer ruir a ténue recuperação económica e o frágil reequilíbrio das contas. É neste contexto que as declarações autocongratatórias de responsáveis europeus são tão chocantes como despropositadas. Na ausência de uma regulação determinada do sistema financeiro e sem orçamento comunitário relevante, o espectro de uma nova crise ameaça a sobrevivência de uma União que só oferece a austeridade sem fim, como forma de engenharia social e política.

A ingerência permanente é o novo método comunitário

A União Europeia não é uma União de iguais. São os próprios responsáveis europeus que o reconhecem quando afirmam que estes processos se baseiam numa arbitraria análise caso-a-caso. A ameaça de sanções contra Portugal e Espanha foi um exemplo expressivo da falência democrática da União e de uma dupla arbitrariedade: a perseguição de uns Estados-membros e a absolvição de outros em piores circunstâncias, a punição dos défices da periferia e a absolvição dos excedentes do centro. A Alemanha está em violação contínua e crescente do limite para os excedentes correntes desde 2011, a Holanda e a Dinamarca desde 2010, e nada acontece. A única regra que conta é a lei do mais forte.

Nas decisões fundamentais, a ingerência aumenta na proporção direta da vulnerabilidade dos Estados. Ao longo dos últimos anos, a “condicionalidade” alastrou-se a praticamente todas as políticas europeias. O jargão oculta uma realidade bem clara: a imposição de políticas em domínios em que os Estados têm total soberania, inclusive à luz dos próprios tratados. As privatizações, a precarização das relações de trabalho, o desinvestimento nos serviços públicos e as reformas estruturais transformaram-se num programa oculto que todos os governos nacionais são pressionados a aceitar, mesmo que em contradição com os mandatos eleitorais. A versão mais

brutal foi a dos resgates, mas o princípio alarga-se a mais e mais domínios. A condicionalidade é o programa nunca sufragado que as instituições europeias querem impor aos países cujos governos não podem ou não querem opor-se.

Assim aconteceu no sistema financeiro. As mesmas instituições europeias que se revelaram incapazes de impor soluções fortes na regulação do sistema financeiro na década seguinte à crise não hesitaram em impor soluções ruinosas para os problemas do sistema financeiro português. No caso do BANIF, as instituições europeias não só impediram a solução mais razoável de integração na Caixa, como impuseram a venda do banco e chegaram ao ponto de comunicar ao governo português de que já estavam a trabalhar com o banco que escolheram para a compra, antes de o governo tomar qualquer decisão. Este abuso de poder em favorecimento de um privado, para a Comissão Europeia, é “Direito da Concorrência”. No caso do Novo Banco, o desfecho não foi melhor. A Comissão Europeia bloqueou a mera hipótese da nacionalização e impôs a venda a privados. O resultado foi a oferta do banco com garantias públicas. Os contribuintes ficaram sem o banco mas vão continuar a limpá-lo e a pagar a conta, anos depois de o governo o ter oferecido.

Finalmente, no processo de recapitalização da Caixa, o que seria uma normal operação de recapitalização do banco público tornou-se numa morosa negociação com enormes custos financeiros e de credibilidade para a Caixa e que culminou na imposição de uma solução danosa, em que a recapitalização só foi autorizada mediante um empréstimo ruinoso e a redução das suas operações. Para recapitalizar o banco público, temos de pagar uma renda a empresas financeiras. Em todos estes casos, a submissão às imposições europeias foi ruinoso do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista da soberania, uma vez que se perdeu a oportunidade de impor o controlo público dessas instituições. A crise financeira e os anos que se lhe seguiram, de resto, confirmaram a urgência da proposta do Bloco de assegurar o controlo público sobre a banca, como condição de desenvolvimento e democracia.

Autoritarismo perante as nações, bloqueio perante as exigências da cidadania

Quando foi clarificado o estatuto da Carta dos Direitos dos Cidadãos Europeus como anexo ao Tratado de Lisboa, ficou claro que a mesma não constitui fonte de Direito e, como tal, não vincula nem os Estados-membros nem as instituições europeias. Quem manteve a ilusão de que o valor indicativo da Carta poderia fazer alguma diferença nas políticas concretas desiludiu-se. Mesmo com formulações recuadas, a Carta foi essencialmente ignorada e multiplicaram-se, na UE, ataques a direitos políticos, sociais e individuais. Nenhuma violação de direitos elementares foi impedida pelas instituições europeias e, pior, as imposições das instituições europeias visam muitas vezes destruir garantias que existiam nos próprios Estados-membros, visando assim a precarização das relações de trabalho e a privatização de serviços públicos essenciais. A UE não se limita a recusar proteger os cidadãos da pobreza ou da precariedade. A UE tem feito tudo para impor um programa que os ataca.

A obsessão orçamental contrasta com a negligência nos compromissos regionais e globais. Assim aconteceu com o prometido impulso para a regulação dos mercados financeiros. Um volume enorme de legislação europeia que não responde aos problemas que estiveram na origem da crise e, pior ainda, cria novos fatores de instabilidade. A União Bancária visa explicitamente a criação de grandes conglomerados financeiros pan-europeus, mesmo depois de ter sido amplamente reconhecido que a dimensão excessiva das instituições financeiras foi um dos fatores decisivos para a crise financeira de 2008.

O bloqueio perante as exigências da cidadania expressa-se ainda no quadro da nova era digital. Com a desculpa de proteger os direitos de autor – que efetivamente têm de ser protegidos – a Comissão Europeia abriu as portas, através do Artigo 13º, à censura na internet. Ao passar o poder de definição do que pode ser publicado nas plataformas online para as próprias plataformas, a União Europeia não só legitima como limita seriamente as liberdades digitais.

A desigualdade e o roubo fiscal

Outro domínio de inação das instituições europeias é o do combate ao dumping fiscal. As instituições europeias continuam a ver a corrida para o fundo na tributação das empresas como um fator de “competitividade”. A situação gera uma autêntica guerra fiscal entre Estados-membros, em que alguns países se apropriam de receita

fiscal que deveria pertencer àqueles em que a atividade económica é realizada. Neste contexto, a escolha da Comissão Europeia tem sido clara: impor a redução dos impostos sobre os lucros para promover a acumulação de capital, ao mesmo tempo que prossegue uma cruzada pela redução dos salários.

Esta situação gera um paradoxo. As instituições europeias têm tomado medidas avulsas (como em relação à Apple e à Amazon) e adotado legislação (como o imposto digital) que incidem fundamentalmente sobre empresas norte-americanas. Embora estas medidas sejam positivas em si mesmas, é gritante o contraste entre o combate à evasão fiscal de empresas de fora do espaço europeu e a proteção à evasão fiscal das multinacionais europeias, que continuam a beneficiar da mais completa ausência de regulação fiscal no espaço europeu. Simbolicamente, a Comissão tem tido como presidente um homem cuja carreira anterior como primeiro-ministro do Luxemburgo foi marcada pela concorrência fiscal desleal contra outras economias europeias.

A UE promove ativamente regimes de exceção fiscal como os paraísos fiscais (assumidos e não assumidos), os vistos gold, as isenções ou os benefícios fiscais aos ganhos de capital, as regularizações extraordinárias e as amnistias fiscais. O Bloco defende uma estratégia europeia de combate à evasão e à criminalidade fiscal, assente na imposição de uma taxa mínima de tributação para os rendimentos de capital e a declaração da UE como espaço livre de *offshores*.

A catástrofe humanitária e a hipocrisia da UE

A chamada crise dos refugiados é o rosto mais cru da desconstrução europeia pela mão das políticas nela dominantes. Depois de um momento em que as chegadas à Europa ascenderam a cerca de 1 milhão de pessoas, é agora, quando assistimos a uma redução drástica dessas chegadas, que se consolida o discurso da invasão e da ameaça.

A saga do Aquarius II é exemplar da desumanização da vida e da política na Europa. Um navio que salvou milhares de vidas – cerca de 30 mil em dois anos e meio – e que registou e denunciou crimes cometidos contra os direitos humanos de migrantes e refugiados viu-se literalmente à deriva, com os Estados-membros a cederem em toda a linha à chantagem do governo italiano de extrema-direita.

Aos refugiados das guerras e dos conflitos, juntam-se os refugiados climáticos, mas as instituições europeias preferem continuar a fomentar o ódio, mimetizando Trump: na Hungria, na Grécia, em França, em território espanhol, na Eslovénia, na Macedónia e na Bulgária erguem-se muros tão facilmente quanto se fecha os olhos às atrocidades resultantes.

As migrações resultam do desespero e da miséria extrema que levam milhões de pessoas a atravessar desertos e oceanos, desafiando a própria morte. A larga maioria destes imigrantes permanece em solo europeu, dando um contributo inestimável para a diversidade social e cultural, para o equilíbrio do saldo demográfico e para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social. A grande hipocrisia da UE é que mantém estes imigrantes anos e anos a fio em situação ilegal, alimentando as redes de tráfico humano e o ressurgimento de formas de trabalho escravo.

Neste contexto europeu Portugal não é um oásis mas, nos últimos anos, deu passos importantes para humanizar as leis de imigração que precisam de ser aprofundados, a par da eliminação de práticas administrativas obsoletas e discriminatórias. O Bloco tem-se empenhado neste combate civilizacional que urge aprofundar em Portugal e prosseguir no plano europeu.

A emergência ambiental

O Acordo de Paris e o relatório dos 1,5°C do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, dos quais Portugal e a UE são signatários, exige um corte de 50% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030, para evitar um aumento de temperatura acima dos 1,5°C até 2100.

Esta exigência é imprescindível e pode mesmo não ser suficiente para impedir uma vaga de refugiados climáticos. No entanto, o tratamento desta emergência na UE tem sido desgarrado e frequentemente misturado com políticas de austeridade que limitam a adesão popular, como o chamado “imposto verde” em França, para além

de falharem o alvo, colocando todo o ónus da mudança nos consumidores e não nos produtores. A revolta dos coletes amarelos em França é uma revolta contra um conjunto vasto de medidas que atacam os rendimentos das famílias, ao mesmo tempo que nada é exigido às empresas mais poluentes.

Apesar de ser a integridade do continente e do próprio planeta que está em causa, a coordenação de políticas europeias, indispensável à concretização dos compromissos a que a UE se obrigou, é praticamente inexistente. A insuficiência de regulação que permita um esforço concertado de todos os membros transforma-se num benefício aos infratores, ou seja, aos Estados menos empenhados.

Mas a falta de compromisso com a transição energética não se resume à inação. As instituições europeias continuam a financiar projetos de investimento em energias fósseis, nomeadamente os 90 projectos de infraestruturas de gás, portuárias e de transporte que foram recentemente considerados Projetos de Interesse Comunitário.

O regresso da Europa dos autoritarismos

Nas ruínas sociais de uma Europa que cultiva e incentiva os egoísmos, crescem as respostas autoritárias. As instituições europeias têm ignorado as violações de direitos humanos por parte de governos de extrema-direita, alguns dos quais integrados nas grandes famílias partidárias europeias.

Como sempre, a extrema-direita aproveita a crise social para suprimir as liberdades, nunca pondo em causa as políticas que a geraram. Nos lugares onde a extrema-direita é poder sozinha ou acompanhada, as políticas de ataque ao trabalho e aos direitos sociais ficaram ainda mais virulentas, servindo-se das políticas contra mulheres, crianças, idosas, imigrantes, minorias étnicas ou comunidade LGBT, minorias linguísticas e culturais, apenas para desviar as atenções e criar bodes expiatórios.

O Bloco enfrenta a extrema-direita, rejeita o discurso de ódio e denuncia a sua completa ausência de alternativa. A extrema-direita é uma fraude política porque se limita a ser a face mais violenta do discurso e da política dos fortes contra a democracia. O Bloco integra uma esquerda que se une para derrotar a extrema-direita da única forma que ela pode ser derrotada: oferecendo uma alternativa dos direitos que a esvazia. Uma alternativa que responde à crise social tem todas as condições para devolver a extrema-direita ao seu lugar: as páginas mais tristes da História europeia. Não passarão.

Outra Europa é possível

No momento em que a integração europeia se tornou uma ameaça para a própria democracia, o lugar da esquerda internacionalista é só um: defender, sem hesitações e com todas as esquerdas europeias, a democracia e os direitos que a compõem. O Bloco de Esquerda não prescinde, em nome do Euro, do seu programa político. Nem se furta aos combates que se travam nas instituições europeias, por mais difíceis ou desiguais.

Defendemos a soberania democrática dos Estados nacionais, onde residem os direitos do trabalho e os direitos sociais. Por isso, combateremos todas as tentativas de fragilizar ainda mais essas conquistas, incluindo as promessas sempre adiadas de uma integração falhada. A experiência desta integração mostrou-nos que onde os Estados abdicaram da sua soberania democrática, as promessas da democratização europeia ficaram invariavelmente por cumprir.

Uma Europa das solidariedades deve ser construída na base de relações económicas equilibradas entre países e no primado de um sistema de direitos que recupere o melhor das tradições democráticas dos seus Estados sociais. Essa Europa não poderá nunca nascer dos atuais Tratados da União Europeia. E não poderá nunca ser rodeada por muros que deixam de fora as vítimas de conflitos e catástrofes em que as potências europeias têm responsabilidades de primeira ordem. Terá de ser uma Europa da responsabilidade inteira, virada para todos os outros continentes. Nas palavras do socialista alemão Walter Benjamin, o mundo é a nossa tarefa.

2. RECUPERAR TERRENO PARA A DEMOCRACIA

No caos da UE, multiplica-se o autoritarismo e a arbitrariedade. Os dispositivos de controlo pelas instituições europeias permitem que uma agenda nunca sufragada seja imposta, particularmente aos Estados-membros periféricos, muitas vezes em direta contradição com as decisões democráticas dos respetivos povos. A descrédibilização das regras europeias resulta não apenas do seu incumprimento sistemático, mas também da crescente consciência de que, perante as mesmas, os Estados da UE não são iguais. A mesma UE que persegue as economias periféricas por décimas de défice assiste há anos, impávida e serena, aos ataques a direitos e liberdades fundamentais que continuam a ser empreendidos pelos governos da extrema-direita. A mesma UE que falha cada vez mais nas exigências sociais, ambientais e humanitárias vira as agulhas do seu orçamento e ação para o controlo de fronteiras e a militarização. Perante o colapso das regras e das políticas europeias, o Bloco propõe um novo caminho: Emprego, Ambiente e Estado Social.

Revogar o Tratado Orçamental e o Pacto de Estabilidade e Crescimento

O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Tratado Orçamental têm em comum a imposição de políticas orçamentais que promovem ou agravam crises, fomentando o desemprego e exercendo uma pressão permanente para a redução do peso da despesa em serviços públicos e políticas sociais. As regras orçamentais na União não têm nada que ver com a sustentabilidade das contas públicas, que, de resto, não a têm assegurado, antes pelo contrário. Têm que ver, sim, com a imposição de uma única opção em momentos de crise económica: a compressão da despesa.

No entanto, no centro da UE, estas regras são letra morta. A Alemanha foi o primeiro país a violar o PEC, a França violou-o em nove dos últimos dez anos. Todavia, é impensável que qualquer economia do centro da União enfrente sanções por esse motivo. Ou sequer ameaças, como aconteceu com Portugal e Espanha. As regras orçamentais servem exclusivamente para impor uma agenda ideológica, seja através da pressão para o cumprimento destas normas, da imposição direta ou de resgates.

Acresce que a principal causa da instabilidade económica na União Europeia, a existência de desequilíbrios macroeconómicos entre Estados-membros, geradores de excedentes sistemáticos das economias do centro, continuam a não merecer qualquer atenção relevante. Pelo contrário, as regras do PEC e do Tratado Orçamental acentuaram aqueles desequilíbrios. Foram permitidos incumprimentos a determinados países, provocando a imposição de políticas aos restantes. O Bloco defende o fim do PEC e do Tratado Orçamental em benefício de relações económicas internacionais baseadas num equilíbrio solidário entre os países.

A integração do Tratado Orçamental no Direito Comunitário foi rejeitada sob proposta de Marisa Matias e de outros deputados europeus de vários grupos políticos. Essa foi uma vitória importante contra a insanidade económica e deve abrir caminho à desvinculação de Portugal deste tratado. Nesse sentido, o Bloco defende a realização de um Referendo sobre o Tratado Orçamental. Desafiamos os partidos que contribuíram para a sua rejeição no Parlamento Europeu a permitir a escolha cidadã e a fazer campanha pela libertação do país deste tratado que constitucionaliza a austeridade.

Libertar a democracia da condicionalidade

O princípio da condicionalidade (a imposição de medidas programáticas como condição para o acesso a políticas europeias) tem sido o instrumento através do qual a agenda ultraliberal é imposta aos países que não têm força ou governos para a rejeitar. Embora este instrumento tenha sido usado de forma particularmente violenta no contexto dos resgates, a mesma ideia vai surgindo a propósito de praticamente todas as políticas europeias, desde o semestre europeu até aos apoios do BCE, passando pelo acesso aos fundos comunitários.

A condicionalidade é um programa ideológico consolidado e que reproduz uma agenda ideológica que esteve na origem da União Europeia e do Euro e remonta aos governos de Thatcher, à formulação da terceira via e ao consenso que uniu os centros políticos europeu e nacionais. Esse programa, definido pela privatização ou concessão de serviços e empresas públicas, precarização das relações de trabalho e fiscalidade regressiva, tem encontrado, ao longo de décadas, resistência ao nível das democracias nacionais. A condicionalidade tem sido utilizada para vencer essas resistências, determinando a atuação das instituições europeias em função da

execução de reformas estruturais que concretizem aquele programa. A condicionalidade representa, portanto, uma ferramenta de subversão da democracia.

O Bloco rejeita o princípio da condicionalidade nas políticas europeias. Os programas que envolvem os Estados-membros não podem depender da submissão de órgãos democraticamente eleitos em cada país a uma agenda ideológica nunca sufragada e frequentemente em contradição com as escolhas dos povos. Todas as políticas europeias devem respeitar o princípio da autodeterminação dos Estados-membros, ou seja, o seu direito a definir as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento económico e social, em função da vontade dos seus cidadãos.

Reorientar o orçamento

O orçamento comunitário é o único instrumento que poderia permitir uma política de coesão. Para isso, precisaria de ter um peso económico relevante, redistribuir rendimento das economias excedentárias para as deficitárias e investir em políticas de desenvolvimento e serviços públicos. Na realidade, o orçamento comunitário esteve sempre aquém de qualquer destes objetivos, mas o cenário foi-se agravando ao longo dos anos com a redução do orçamento em percentagem do PIB europeu e a sua progressiva reorientação no sentido das prioridades definidas pela direita europeia, com o apoio sistemático dos partidos socialistas.

A política orçamental comunitária agravou dramaticamente essa tendência ao optar por um corte na política de coesão em benefício do controlo de fronteiras e da militarização da Europa. A Europa, incapaz de empreender uma política de solidariedade, dentro e fora das suas fronteiras, vira-se para as prioridades da extrema-direita, contribuindo para dar ainda mais força à crise social de que esta se alimenta.

Uma UE marcada por desequilíbrios macroeconómicos sistemáticos tem de ter mecanismos de compensação, sejam transferências diretas, financiamento solidário de serviços públicos ou investimento para a convergência económica. Essa emergência é hoje politicamente mais difícil, muito por responsabilidade das instituições europeias que, para ocultarem as desigualdades da arquitetura da UE e do Euro, atacaram os povos lesados pela moeda única, com recurso a uma narrativa moralista no limiar do racismo. A prazo, a ausência daqueles mecanismos de compensação significará a inviabilidade da UE, pois nenhum espaço económico pode sobreviver à acumulação de desigualdades crescentes no seu seio sem proceder ao seu reequilíbrio.

O Bloco defende, por isso, um orçamento reforçado e orientado para a solidariedade europeia e o investimento verde e inclusivo, para as políticas de desenvolvimento e coesão, financiado de forma fortemente redistributiva. Persistir na viragem securitária e militarista, combinada com a austeridade, já não é só insistir numa Europa de vencedores e vencidos. É apenas promover a destruição da UE.

Colocar o Banco Central Europeu no seu lugar

O Banco Central Europeu (BCE) tem, no papel, um mandato mais limitado do que o da maior parte dos bancos centrais. Tem a responsabilidade exclusiva de assegurar a estabilidade de preços, entendida como a responsabilidade de manter a inflação abaixo, mas não distante dos 2%. No entanto, a coberto da sua suposta independência e de uma interpretação abusiva do seu mandato, o BCE tem-se permitido intervir sobre qualquer matéria relacionada com economia, sistema financeiro e outras políticas públicas.

Assim, o BCE tem pressionado governos a implementar reformas estruturais, impondo resgates e desenhando os respetivos programas, chantageando Estados-membros para aplicar decisões específicas relativas ao sistema financeiro. Estas pressões e decisões são tomadas de forma casuística, muitas vezes em comunicação direta e não-pública com governos nacionais, o que coloca evidentes problemas de transparência, equidade e legalidade.

O Bloco de Esquerda sempre defendeu que o mandato do BCE deveria prever o pleno emprego como objetivo prioritário. Se o BCE controla um instrumento de política económica tão determinante como a política monetária, deveria ser responsabilizado pelas consequências económicas das suas decisões, o que implicaria retirar-lhe o estatuto de independência.

O Bloco de Esquerda defende uma definição negativa das funções do BCE, impedindo-o de intervir sobre políticas económicas exteriores ao seu mandato e proibindo a utilização dos seus poderes enquanto autoridade monetária

e regulador financeiro para ameaçar ou chantagear Estados soberanos, como já aconteceu. Se os tratados não obrigam o BCE a promover o emprego, pelo menos que não lhe permitam sabotar quem o tenta fazer.

Responder pelos direitos humanos, prevenir as crises do futuro

As medidas adotadas por unanimidade dos Estados-membros e avaliadas pelas instituições comunitárias, como a criação de centros de “internamento” para os refugiados ou o famigerado acordo com a Turquia para bloqueio dos fluxos vindos da Síria e da África Oriental, mostram o que é a chamada crise dos refugiados: a quem procura a Europa tudo é negado, incluindo o próprio estatuto de refugiado. Não é permitido sequer o reagrupamento familiar e os critérios de Dublin continuam a vigorar, pondo em causa qualquer possibilidade de uma resposta solidária.

Como se isto não bastasse, normaliza-se também a criminalização das ONG que tentam salvar migrantes da morte no Mediterrâneo, onde já perderam a vida 17 mil pessoas em pouco mais de cinco anos. A prática da União Europeia face à imensa crise humanitária que ela própria alimenta é de uma desumanidade que está no avesso do seu discurso cheio de “valores humanistas” e de “direitos humanos”.

O discurso humanista é o disfarce para a continuação da venda de armas a países que alimentam os conflitos e da compra de petróleo em territórios ocupados por grupos terroristas. A UE contribui ativamente para o financiamento e armamento dessas organizações, ao mesmo tempo que persegue as suas primeiras vítimas. O Bloco propôs e continuará a propor um embargo à venda de armas e à compra de petróleo a estes territórios, defendendo ainda o fim dos *offshores* no espaço europeu, uma vez que os mesmos são instrumentos privilegiados no financiamento da atividade terrorista.

Verde e Vermelho: a economia solidária

O ponto de partida para uma resposta às alterações climáticas é a rejeição da suposta contradição entre emergência ambiental e necessidades da economia. Na realidade, o desafio ambiental deve ser encarado como o centro de uma estratégia para a criação de emprego de qualidade, indústrias inovadoras e melhoria da qualidade de vida.

Para isso, deve ser recusada qualquer austeridade verde, que soma à contenção dos rendimentos do trabalho os custos da transição energética necessária. Pelo contrário, essa transição exige uma estratégia de iniciativa pública, que inclui a regulação dos setores produtivos, mas também um completo redirecionamento dos recursos públicos.

O Bloco defende a integração em todas as políticas públicas europeias, bem como projetos industriais e comerciais, de uma avaliação de impacto climático (medindo a contribuição para as emissões de gases com efeito de estufa e alternativas) cujo parecer seja vinculativo. Propomos ainda uma taxa de carbono sobre os setores que participam no comércio europeu de licenças de emissões e um sistema de garantia obrigatória de 10 anos para todos os produtos eletrónicos, entre outras medidas para combater a obsolescência programada.

O Bloco defende ainda que sejam cancelados todos os financiamentos a combustíveis fósseis – petróleo, gás e carvão – do Banco Europeu de Investimento e do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento e seja criado um Banco Europeu para a Transição Climática, cujos objetivos principais são a criação de um programa europeu de empregos públicos climáticos, destinados a:

- 1)** manter estável o nível de disponibilidade energética atual, substituindo fontes fósseis por fontes renováveis, criando para tal uma indústria pública europeia de energia solar e eólica;
- 2)** promover a transição do sistema de transportes para a eletrificação total, com um projeto de expansão de ferrovias e de transportes públicos integrados e gratuitos em todos os países;
- 3)** desenvolver um processo de adaptação da agricultura, pecuária e floresta no território europeu, com redução dos elevados inputs energéticos e químicos e consequentes emissões de gases com efeito de estufa (conforme os cenários de alterações climáticas para cada biorregião);

- 4) garantir adaptação territorial em cidades e zonas litorais para o aumento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos, como ondas de calor, secas, cheias, tempestades marítimas e terrestres;
- 5) apoiar um plano europeu de eficiência energética, destinado aos edifícios, indústrias e obras públicas.

Este é um combate global. Os países desenvolvidos, a começar pelos europeus, assentaram o seu desenvolvimento económico num modelo que teve consequências duradouras que são hoje suportadas por todos os habitantes do planeta. A Europa só tem legitimidade para apelar aos países que não tiveram essa responsabilidade para que adotem formas de desenvolvimento mais sustentável se estiver disponível para apoiar esse desenvolvimento.

O Bloco de Esquerda defende que a Europa e os Estados Unidos devem partilhar os recursos financeiros e a tecnologia para apoiar a transição energética e social de países em vias de desenvolvimento. Além disso, é necessário criar um plano internacional de acolhimento para refugiados ambientais e climáticos, vítimas de tragédias que não fomos a tempo de impedir. A questão ambiental tem de ser vista como uma emergência absoluta. O tempo é agora.

Direitos do trabalho contra a economia da selva

O trabalho é o parente mais pobre da UE. Uma integração europeia com profundas lacunas, que faz dos salários a principal variável de ajustamento, excluiu o direito ao emprego da Carta de Direitos (que, em todo o caso, não vincula nem a União nem os Estados-membros) e exerce uma pressão permanente sobre os Estados nacionais para que desregulem ainda mais os respetivos mercados de trabalho. O resultado está à vista: no lugar do quadro da contratação coletiva e da segurança no emprego, que deram no pós-guerra o período de maior prosperidade de toda a história da Europa, multiplicaram-se as formas de exploração desenfreada, desde a informalidade aos contratos a prazo, passando pelo trabalho temporário, falso trabalho independente e outsourcing.

Com um mercado único que facilita as deslocalizações, a UE transformou-se num regime de dumping laboral. Os efeitos económicos e sociais são de tal forma desastrosos que até o BCE (que tantas vezes advogou a desregulação) já preconizou medidas para que os salários aumentassem, sob pena de a própria política monetária perder eficácia.

A Europa precisa de um acordo de mínimos laborais. E, se há propostas difíceis de concertar à escala europeia, há outras que podem ser avançadas, nomeadamente na forte limitação de expedientes de contratação atípica em benefício da contratação colectiva como norma europeia. No que diz respeito aos salários, vários países debatem já regras para limitar os leques salariais nas empresas. O Bloco defenderá que a União Europeia introduza essa limitação.

Enfrentar a pobreza agora

A UE tem hoje 120 milhões de cidadãos em risco de pobreza (25% da sua população, número bastante enganador porque, na realidade, tendo em consideração a fórmula de cálculo, há muitos outros milhões pertíssimo do limiar de pobreza). Para além dos dramas humanos que estes números escondem, o desespero gerado na população gera um terreno fértil para o populismo. A pobreza é o pior inimigo das democracias.

A UE, depois de ao longo de 30 anos ter desmantelado todos os esforços e pequenas conquistas para combater este fenómeno, nomeadamente os Programas Europeus de Combate à Pobreza, limitou-se a esboçar um objetivo de redução da pobreza em 2010 (no âmbito da Estratégia Europa 2020) a que ninguém prestou atenção. O discurso europeu sobre a necessidade de investimento social, de um maior equilíbrio entre economia e inclusão social, resumiu-se nos últimos tempos à proclamação de um Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que não vincula os Estados-membros e, ao mesmo tempo, é sistematicamente sabotado pelas obrigações do Semestre Europeu e do Tratado Orçamental e do PEC.

O Bloco de Esquerda irá bater-se pela criação de uma Estratégia Europeia Integrada de Combate à Pobreza e Desigualdades, com objetivos comuns para todos os Estados-membros. Paralelamente, o Bloco de Esquerda defenderá a aprovação de uma Diretiva Comunitária relativamente a esquemas de Rendimento Mínimo na União Europeia, uma das ações centrais daquela estratégia.

A democracia antes das multinacionais

Em matéria de política comercial da UE, os últimos anos ficaram marcados pelas negociações e conclusão, em vários casos, de Tratados de Livre Comércio, dos quais o TTIP, o TiSA o CETA e o JEFTA serão talvez as siglas mais conhecidas. Trata-se de acordos que mais do que a simples normalização das pautas aduaneiras visam a normalização de várias outras barreiras regulatórias.

Contudo, pela análise destes acordos ou dos seus trabalhos preparatórios, facilmente se constata que esta normalização regulatória ocorre pelo mínimo denominador comum, pondo em causa importantes conquistas dos direitos dos consumidores. Estes acordos colocam os interesses comerciais acima de valores como o direito a uma vida saudável ou à proteção do meio ambiente.

Tal como afirmou Joseph Stiglitz, estamos perante um verdadeiro comércio administrado, que serve apenas os interesses particulares que dominam as políticas ocidentais. O exemplo máximo desta sobreposição de interesses comerciais aos interesses nacionais é a inclusão das cláusulas de ISDS (“Resolução de Disputas Estado-Investidor”), que permitem aos investidores recorrer a um tribunal arbitral para processarem um Estado por decisões soberanas. Na prática, as grandes corporações e multinacionais podem condicionar parlamentos democraticamente eleitos ou sobrepor-se a tribunais judiciais.

Todo este dispositivo foi preparado nas costas dos cidadãos, em negociações secretas, com documentos a que nem os deputados democraticamente eleitos podiam ter acesso, penalizando assim duplamente o interesse dos cidadãos que, ao contrário dos interesses corporativos e dos lóbis económicos, não acompanharam este processo.

Estivemos nas ruas ao lado da grande onda de contestação cidadã. Reivindicámos o acesso aos documentos. Lutámos pela transparência. votámos contra os acordos em nome da defesa do interesse público. É ao lado dos cidadãos e não dos interesses multinacionais, em defesa do planeta e no combate às alterações climáticas que continuaremos a estar perante esta política comercial europeia.

Iguais a sério

A UE reivindica-se dos valores da dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, do respeito pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos e pugna por sociedades caracterizadas pelo pluralismo, pela não discriminação, tolerância, justiça, solidariedade e igualdade entre mulheres e homens. É este o teor do artigo 2º do Tratado da União Europeia. No artigo 3º afirma-se que a União Europeia combate a exclusão social e as discriminações e promove a justiça e a proteção sociais, a igualdade entre mulheres e homens, a solidariedade entre gerações e a proteção dos direitos das crianças e idosos.

A realidade mostra-nos, contudo, uma União Europeia cada vez mais distante desses valores e do cumprimento desses objetivos. A igualdade entre mulheres e homens está longe de ser alcançada e assiste-se, aliás, a retrocessos em alguns Estados-membros, resultantes ora da passividade da UE, ora das políticas económicas por ela impostas.

A UE não consegue sequer legislar sobre um instrumento tão fundamental para a igualdade como as licenças de maternidade, paternidade e parentalidade. Ano após ano, mandato após mandato, a igualdade fica mais para trás, porque em 2019 continuam em debate soluções que, quando foram apresentadas em 2008, já eram retrógradas. E muitos outros temas centrais para a promoção da igualdade de género nem sequer são abordados. As próprias instituições europeias não cumprem critérios de igualdade, especialmente no que respeita à representação paritária e essa discrepância é tanto maior quanto mais nos aproximamos dos cargos executivos ou de chefia.

A diferença salarial entre homens e mulheres é ainda superior a 16%, na média europeia. Esta diferença acentua-se de forma gritante quando se chega à reforma. As tarefas domésticas, o cuidar dos filhos, idosos ou dependentes com necessidades especiais continuam a ser essencialmente responsabilidade das mulheres. De acordo com dados de 2017 do Eurostat, em média, na Europa, 79% das mulheres desempenham tarefas domésticas diariamente enquanto que apenas 39% dos homens o faz. Portugal é dos Estados-membros que maior desigualdade de género apresenta na divisão de tarefas domésticas..

Urgem políticas de promoção efetiva da igualdade de género, a nível setorial, como demonstra o relatório de Marisa Matias e Ernest Urtasun, sobre o combate às desigualdades fiscais na UE, recentemente aprovado. Foi

o primeiro relatório a ser apresentado, discutido e aprovado no Parlamento Europeu, com uma abordagem de género para uma política setorial.

A violência contra as mulheres e a violência doméstica continuam a manifestar-se como um dos maiores flagelos das sociedades e uma das mais brutais manifestações da desigualdade de género e da opressão das mulheres. Pelo menos uma em cada três mulheres com mais de 15 anos, na Europa, já foi vítima de um ou mais atos de violência física. Uma em cada 20 mulheres terá sido vítima de violação a partir dos 15 anos de idade. Quase metade (47%) das mulheres entre os 18 e os 74 anos vítimas de violência física ou sexual, na Europa, nunca fizeram queixa. O feminicídio manifesta-se como a mais extrema forma da violência contra as mulheres; todos os anos morrem milhares de mulheres na Europa às mãos dos maridos, companheiros, namorados ou ex-parceiros. Milhares de crianças órfãs e vidas destruídas.

Erradicar a violência contra as mulheres e a violência doméstica tem de ser uma prioridade que saia do papel e chegue à vida concreta das pessoas. Não é aceitável que Estados-membros da UE, incluindo Portugal, continuem sem cumprir na sua legislação interna a Convenção de Istambul. As políticas públicas de combate a este flagelo devem ser harmonizadas e dotadas do financiamento que permita a sua efetiva concretização.

Há muito ainda por fazer em termos de igualdade de género. Mas a igualdade impõe-se para além da dicotomia de género. O respeito pela orientação sexual e identidade de género não é uma realidade em todos os Estados-membros e o progresso no aprofundamento dos direitos das pessoas LGBTI tem sido lento e insuficiente. A igualdade de oportunidades, de constituir família, de aceder ao casamento tem de ser efetiva em todos os Estados-membros, assim como a consagração da autodeterminação de género para as pessoas Trans. A proteção das pessoas intersexo e das pessoas de género fluido também deve ser prioridade numa Europa que se afirme inclusiva, livre e igualitária.

Também as pessoas com deficiência continuam a ser alvo de discriminação no exercício dos seus direitos mais básicos e a não ver reconhecido de forma inequívoca o seu direito a uma vida independente. A UE faz declarações programáticas pela Vida Independente e o reforço dos serviços de base comunitária mas continua a permitir a utilização de fundos estruturais na institucionalização, em desrespeito pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

As pessoas com deficiência continuam a ser desrespeitadas ao nível europeu e nacional deparando-se com desigualdade no acesso à educação, à formação profissional e ao emprego; dificuldade de locomoção devido às barreiras arquitetónicas; transportes públicos desadequados e inadaptados; continua a assistir-se à perpetuação de políticas médico-reabilitadoras e institucionalizadoras a que há que pôr fim, sendo necessário assegurar que o poder de decisão da Vida Independente fica nas mãos das pessoas com deficiência.

Um aspeto essencial a assinalar remete para os constrangimentos no acesso à informação e à comunicação que afetam de forma especialmente dramática a vida das pessoas surdas para as quais é necessária a generalização do uso da Língua Gestual Portuguesa bem como o seu inequívoco reconhecimento. A este propósito, é também importante assegurar maior visibilidade e disponibilidade das línguas gestuais dos diversos países no Parlamento Europeu.

O nosso programa para a deficiência é muito claro e passa por criar as condições efetivas para a materialização dos direitos inscritos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Qualidade de vida para os seniores

Os reformados e seniores constituem uma parte significativa dos pobres em Portugal. É urgente reativar os programas que se destinem a combater a pobreza mas é igualmente importante aceitar que a qualidade de vida não pode desaparecer apenas porque as pessoas entram numa fase diferente da vida, já reformados e mais idosos. Uns e outros não podem ser encarados como um peso e, como tal, marginalizados. Reformados e idosos estão no centro das nossas comunidades. A sua defesa é simultaneamente um sintoma e um fator de coesão social.

A maior dificuldade em abordar esta a problemática é que não se trata de uma realidade uniforme porque a diversidade social e profissional é muito grande. Na habitação, no SNS, na mobilidade, nas modalidades de

vida independente, o Estado social tem de se refundar para que o apoio social possa atender à pluralidade de necessidades actuais e futuras. Os Estados têm de investir na formação adequada para o desempenho de funções nesse setor.

É neste contexto que a rede de cuidadores informais se insere como a rede de unidades de cuidados continuados. O apoio domiciliário aos idosos e acamados é uma alternativa válida e digna à institucionalização, assegurando assistência numa fase adiantada e complexa da vida. O envelhecimento não pode ser um massacre e não pode ser vivido em sofrimento. Contra esse fatalismo, o Bloco contrapõe o enriquecimento da cidadania: uma nova geração de serviços públicos para uma população que vai continuar a crescer.

Política Agrícola Comum

A política agrícola da UE tem promovido a destruição da pequena agricultura e contribuído em larga escala para um modelo de sobreexploração, extrativista, de exportações e produção em massa a qualquer preço. Desde o início da PAC, nos finais dos anos 50, até à atualidade, terão desaparecido milhões de explorações agrícolas e florestais e o emprego caiu drasticamente neste setor, em toda a Europa. O progresso tecnológico não justifica toda esta transformação.

A PAC favoreceu os proprietários de maior dimensão, fazendo depender os apoios do número de hectares das propriedades, de forma desvinculada da produção, do emprego, da multifuncionalidade da agricultura e da sua relação com os territórios, em especial na Europa do Sul. Impulsionou os sistemas de monocultura intensivos, com aposta na artificialização dos meios de produção, o que criou uma enorme dependência da indústria agroquímica, que foi brutalmente favorecida pela PAC. Os fornecedores de fatores de produção (adubos, pesticidas, sementes, etc.) acabaram mais beneficiados do que os próprios agricultores. Este processo teve enormes custos ambientais e socioeconómicos.

A atribuição de apoios está concentrada: 32% do orçamento total da PAC é repartido por 1,5% dos beneficiários. De acordo com um estudo de 2017, realizado por uma universidade francesa, que abrangeu não apenas a França, mas também a Alemanha e o Reino Unido, as explorações agrícolas que demonstram menos impactos ambientais foram as que receberam também menos ajudas da PAC.

Este modelo não é adequado para o futuro. A PAC deve centrar-se na conciliação da produção agrícola e florestal com a preservação ambiental, tendo em atenção a diversidade dos territórios, a soberania alimentar e uma economia com uma escala humana, o direito à saúde e à justiça social. É urgente iniciar um processo democrático que permita a transformação dos sistemas de produção atuais por via da agroecologia, substituindo produtos industriais por processos ecológicos, garantindo maior preservação de biodiversidade e de recursos hídricos. Isto implica uma mudança de paradigma da política agrícola europeia, que colocou os produtores ao serviço da indústria agroquímica e biotecnológica, fornecedora de fatores de produção, e das grandes cadeias de retalho, que se apresentam como único destino possível para a sua produção, sobrando-lhes precariedade e instabilidade.

A Europa não pode continuar no caminho dos acordos de livre comércio e não pode continuar a substituir políticas públicas pela promoção de regimes privados de seguros agrícolas. O Bloco continua a batalhar para que a PAC cumpra os objetivos de bem comum e seja um instrumento coerente e muito presente na luta contra as alterações climáticas.

Investigação

A abordagem da Comissão Europeia à questão da Investigação e das Ciências tem sido estreita e economicista. Investe-se apenas perante certezas de retorno quase imediato e lucrativo. Isto é tanto mais evidente quanto as verbas dos programas de financiamento da investigação são cada vez mais destinadas diretamente à indústria. Por isso mesmo, há vários anos que a Comissão Europeia visa um corte agravado no financiamento à “ciência básica”, que, logo à partida, esvazia o espaço das ciências sociais e, a médio prazo, não oferece os instrumentos para a necessária robustez do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

É essencial a qualquer sociedade conhecer-se a si mesma e só o poderá fazer com um investimento sério e autónomo na produção e disseminação do Conhecimento. Até ao momento, as propostas apresentadas e

defendidas pelo Bloco de Esquerda têm permitido corrigir algumas propostas da Comissão Europeia, assim como contribuir para uma maior igualdade social e de género. Começámos um importante caminho de combate à precariedade que ainda grassa nas carreiras científicas, que impõe a aplicação efetiva do que está consagrado na Carta Europeia do Investigador. Pretende-se uma mais justa distribuição do financiamento, de modo a incluir vários agentes sociais e não apenas a grande indústria. Este é um tema que precisa de uma atenção constante, para que as tentativas da Comissão Europeia não se venham a tornar realidade num futuro programa-quadro.

Cultura

As políticas culturais são um instrumento para a produção e transmissão de conhecimento. O Bloco recusa uma visão maniqueísta das políticas culturais, que alia a rentabilização do património à propaganda nacionalista e à redução do passado a uma única história e uma única cultura. A visão crítica do passado é o centro do desenvolvimento das literacias do futuro e os serviços públicos são a principal ferramenta para a sua promoção.

Desde a adesão de Portugal à UE, as políticas europeias para a Cultura funcionaram de forma pouco coerente, apresentando, pela positiva, oportunidades de modernização em alguns serviços públicos de cultura e de alguma internacionalização de práticas científicas e artísticas. Contudo, o paradigma da Criatividade, introduzido pela presidência de Durão Barroso da Comissão Europeia, submeteu todas as políticas setoriais a um recuo tanto orçamental como teórico, com as atividades nucleares das políticas culturais – património, arqueologia, artes performativas, literatura e cinema – a serem empurradas para um papel de adereço promocional da iniciativa empresarial, nomeadamente turística.

A política para o território é o elemento-chave para entender o impacto das políticas europeias na Cultura, no atual ciclo, bem como as escolhas alternativas que a esquerda deve promover. Os exemplos abundam: o recuo de apoios à produção cinematográfica e substituição por mecanismos de incentivos fiscais e financeiros para produtoras multinacionais; a celebração de parcerias público-privado – com a entrega de património cultural classificado a empresas de hotelaria no Programa Revive –, sustentada por garantias financeiras de fundos europeus. Simultaneamente, o processo de municipalização promovido pelo Governo visa diluir as competências especializadas dos organismos nacionais nas CCDR, quebrando qualquer hipótese de políticas culturais comuns a todo o país.

A UE não pode continuar a servir de veículo para a regressão das políticas culturais. Por isso, o Bloco defende uma alteração estrutural da aplicação das políticas europeias, apostando na re-funcionalização pública do património, dos museus e monumentos; na reconstrução de serviços públicos que garantam pluralidade de oferta cultural no território; na aposta da mediação para as literacias e na aposta da internacionalização dentro e fora da Europa.

Direitos reais no mundo digital

Os direitos digitais são já reconhecidos pela ONU como direitos humanos, mas em termos legislativos, e numa era dita digital, isso está longe de ter reflexo. A resposta legislativa tem sido sempre reativa ou defensiva. Há zonas cinzentas e a imensidão de portas por abrir para novas realidades não têm despertado o interesse do legislador para criar pelo menos um conjunto mínimo de normas de carácter ético, dando margem para o aparecimento de esquemas de manipulação de dados e de vontades como o Cambridge Analytica, ou a proliferação de fake news através de redes e plataformas sociais.

No entanto, e até ao momento, a preocupação dos legisladores relativamente aos direitos digitais têm sido dominada apenas pela perspetiva do mercado e dos interesses económicos envolvidos. Pelo contrário, a garantia dos direitos digitais enquanto direitos humanos ou a proteção eficaz dos dados pessoais têm sido ativamente postas em causa. A própria legislação sobre cibersegurança, que deveria visar um ciberespaço mais seguro para todos, tem uma abordagem de mercado.

Em certos casos criam-se conflitos entre direitos digitais e outros direitos mas apenas para daí, e mais uma vez, obter vantagens para os grandes interesses económicos e não para os verdadeiros detentores dos direitos, como é o caso da recente polémica em torno do artigo 13º, entre outros, da diretiva sobre direitos de autor no mercado digital. Nesse debate, posicionamo-nos do lado da defesa dos direitos digitais e contra a introdução da censura

neste espaço de liberdade, e não em oposição aos direitos de autor. De facto, uma verdadeira e justa defesa dos direitos de autor, que também defendemos e respeitamos, não fica acautelada por estes artigos, que visam unicamente proteger e beneficiar a grande indústria editorial. Este é um exemplo em que a legislação representa uma perda fundamental para ambos os direitos que pretende regular e afirma proteger. Continuaremos a bater-nos pela defesa da neutralidade da internet, por uma internet enquanto um espaço liberdade e ao qual todos possam aceder de forma igual.

A desinformação digital é também uma ameaça à própria democracia, porque se baseia na promoção do ódio, mentira e manipulação, procurando intoxicar o debate público. O combate à desinformação implica políticas de promoção da literacia digital nas políticas educativas, bem como medidas de apoio à imprensa, nomeadamente através do Imposto Google. Mas implica também um combate político que deve ser assumido por todos os partidos que se candidatam a estas eleições.

Portas giratórias, ética e transparência

Numa época de descrédito crescente dos cidadãos nas instituições públicas e democráticas, a União Europeia e as suas instituições devem ser exemplo de rigor, transparência e boas práticas, em termos éticos. Não pode continuar a ser palco de evidentes conflitos de interesses, de utilização de dinheiros públicos para fazer campanhas pessoais, de circulação entre altos cargos internacionais, de promiscuidade com os lobbies, de funcionamento das instituições ao serviço dos interesses financeiros e não dos cidadãos. Casos como o da ex-Comissária Georgieva que preparou a sua candidatura para a ONU durante o exercício das suas funções na Comissão Europeia, do ex-Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que após 18 meses foi oficialmente contratado pelo Goldman-Sachs, ou do Comissário Cañete vindo do lobby do petróleo para a pasta do clima e da energia, são bons exemplos do que é preciso evitar, do quanto há para fazer em termos de transparência e de ética. Mas também são exemplos de como as portas giratórias funcionam porque as salas são contíguas, porque as instituições funcionam ao serviço dos interesses financeiros e do lobby das grandes corporações. As revelações da Monsanto Papers mostram bem como a Bayer Monsanto manipulou e influenciou decisões de licenciamento do glifosato; e o papel do Goldman Sachs durante a última crise financeira e o quanto lucrou com as decisões europeias é sobejamente conhecido.

À UE não bastaria ser séria, também tem de parecer séria. E atualmente não é nem parece. O Bloco defende um registo intemporal e completo de incompatibilidades absolutas, bem como de listas dos vários estudos que fundamentam as decisões, documentação das respetivas origens, e registos exaustivos e públicos de todos os contactos com os lobbies, como garante de que a UE passará a estar ao serviço dos seus cidadãos.

Defender os países

O Bloco rejeita os discursos que menorizam o papel das instituições democráticas nacionais. Os Estados nacionais foram o espaço em que foram instituídos os direitos do trabalho, o Estado social, a liberdade e os direitos políticos. O que a política de hoje nos mostra é que os combates da esquerda só podem ser ganhos quando há força e movimento e onde há democracia. As democracias nacionais devem recuperar espaços de soberania confiscados por uma UE de baixíssima intensidade democrática e governada por uma tecnocracia que as despreza. A esquerda, pelo contrário, confia na democracia e na capacidade das pessoas para escolherem o seu caminho. As sociedades com maior qualidade de vida do mundo foram construídas em torno de uma democracia exigente em que os direitos sociais e do trabalho têm um papel constituinte. O Bloco não aceita menos do que isso. Rejeitamos a crise como novo normal e reclamamos o direito à segurança e à felicidade.

Portugal: desmontar a armadilha da dívida

O crescimento económico e criação de emprego dos últimos anos, associados à política de quantitative easing do BCE, permitiram uma redução de 10 pontos percentuais do rácio da dívida portuguesa de 129,2 para 119,2%. Este processo deu razão ao Bloco de Esquerda, quer quando defendeu que era necessária uma política de crescimento para responder ao sobreendividamento, quer quando exigiu que as instituições europeias atuassem contra a especulação.

No entanto, o facto de as medidas extraordinárias do BCE coincidirem com políticas orçamentais fortemente restritivas, não só condiciona o seu impacto no crescimento, como favorece um crescimento desigual e a formação de bolhas nos mercados financeiros. Nesse contexto, os avisos que vão sendo feitos sobre a interrupção das medidas extraordinárias do BCE e uma subida das taxas de juro de referência constituem uma ameaça crescente sobre esta frágil recuperação económica e sobre as condições de financiamento da economia portuguesa.

Na realidade, a dívida portuguesa continua a ser absolutamente impagável. Este facto tem sido ocultado pela política de compra de ativos, mas tornar-se-á novamente evidente quando esses apoios forem retirados. Assim, a reestruturação da dívida continua a ser inadiável. No final de 2018, 14 países encontravam-se em incumprimento do limite de 60% de dívida pública. Alguns desses países não precisam de reestruturações da dívida, mas uma solução multilateral para as dívidas de todas as economias sobreendividadas beneficiaria toda a economia europeia. O Bloco defende que Portugal contribua para essa solução, que é a mais desejável e benéfica para uma outra política ao serviço dos povos. Infelizmente, o Partido Socialista parece não acompanhar aquele que seria o cenário mais realista para resolver o problema da desigualdade na Europa e permitir o investimento em Portugal.

O caso da Grécia mostra-nos que a inflexibilidade das instituições europeias quanto à reestruturação de dívidas a credores institucionais vai ao ponto de romper acordos escritos. O terceiro memorando assinado com a Grécia prometia uma reestruturação da dívida se o governo grego cumprisse as medidas impostas. O governo grego obedeceu, mas as instituições europeias rasgaram o seu compromisso.

A lição grega é simples: quem destruir um país em troca de apoio europeu, conseguirá apenas destruir o país. Quem queira defender o emprego, o Estado social, o desenvolvimento económico e a própria democracia, não pode aceitar a chantagem da dívida e deve, por isso, defender de forma intransigente os direitos que dão corpo à democracia. Se o país for colocado perante um ultimato das Instituições europeias para impor novos programas de destruição da nossa economia e dos direitos de quem aqui vive e trabalha, o Bloco assumirá a defesa da democracia contra a chantagem, incluindo a plena mobilização dos poderes da soberania democrática e a desvinculação da União Monetária. Quem rejeita esta hipótese está a assumir que aceitará o que quer que seja imposto por Bruxelas.

As propostas de reestruturação que têm surgido são múltiplas, como são múltiplas as suas origens. O Manifesto dos 74 mostrou que há hoje um amplo consenso na sociedade portuguesa acerca da insustentabilidade da dívida portuguesa, consenso que tem animado diversas propostas concretas. O Grupo de Trabalho sobre dívida, em que o Bloco se empenhou, foi um momento significativo, porque representou a existência, pela primeira vez, de uma maioria política que reconhece a insustentabilidade da dívida portuguesa e a necessidade da sua reestruturação.

O Bloco defende uma reestruturação multilateral da dívida, mas não condiciona a defesa do país à existência de uma solução dessa natureza. A dívida portuguesa é insustentável e não há qualquer plano realista que não passe pela sua reestruturação. O Bloco de Esquerda defenderá a soberania da nossa democracia para impor uma reestruturação que devolva a dívida portuguesa a níveis de sustentabilidade, reduzindo drasticamente os encargos da dívida e libertando recursos para uma política de direitos e desenvolvimento. Os direitos humanos valem mais do que a especulação.

Refundar o Estado Social

Ao longo dos últimos anos, a direita tem atacado as instituições do Estado social de todas as formas possíveis: através de concessões, parcerias público-privadas, contratação de serviços, sangria de profissionais, pagamentos crescentes, opting-out, financiamento direto de privados, etc. Tudo tem servido para retirar a vocação universalista e degradar a qualidade dos serviços públicos. Tal como aconteceu com a privatização de empresas públicas, a Saúde, a Educação, a Segurança Social têm de ser arruinadas e desprestigiadas para que a privatização completa possa ser possível.

Na gestão concreta dos serviços públicos tem vigorado um aperto constante na despesa (em particular, no investimento), ao mesmo tempo que cresce a contratação com privados, principal fator de despesismo. No último ciclo político, houve uma inversão parcial desta tendência, inversão essa que, no entanto, não é suficiente para libertar o Estado Social, em particular na área da Saúde, do parasitismo dos privados. No entanto, o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e o Sistema Público de Segurança Social continuam a gozar de um apoio

popular massivo, apoio esse que tem de ser mobilizado para um dos combates centrais do nosso tempo: a defesa de serviços públicos gratuitos, universais e de qualidade, financiados solidariamente.

O Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública têm sido fortemente condicionados pelas restrições orçamentais, mas também pelas imposições de Bruxelas. Por exemplo, as pressões da troika para a redução do número de funcionários públicos nada têm a ver com o rigor das contas públicas. A insuficiência de meios humanos na Saúde e Educação públicas apenas tem levado à contratação com privados, um dos maiores fatores de despesismo na provisão desses serviços. Com o pretexto da consolidação orçamental, a direita e as instituições europeias drenaram os serviços públicos dos meios humanos necessários ao seu funcionamento, colocando a sua provisão cada vez mais dependente dos privados, que utilizam essa dependência para alargar as suas margens de lucro à custa das contas públicas.

O mesmo acontece com a reorientação do orçamento comunitário e os cortes na política de coesão. Como grande parte dos investimentos ao nível dos serviços públicos beneficia de financiamento comunitário, a deriva militarista e securitária da UE concretiza-se à custa do desenvolvimento, ou até da manutenção, das infraestruturas que asseguram os serviços públicos mais elementares. O corte do financiamento comunitário nestas áreas, conjugado com as restrições orçamentais que abrangem o investimento público, empurra os Estados em dificuldades para regimes de provisão mista, com concessão e contratação crescentes com privados, desarticulando os serviços públicos com prejuízo para a qualidade e para as contas públicas.

No entanto, talvez o aspeto mais revelador do caráter estritamente ideológico da pressão para a privatização dos serviços públicos seja a flexibilidade que foi introduzida nas restrições orçamentais, desde que negociada com as instituições europeias no sentido da implementação de reformas estruturais. Um exemplo explicitamente avançado é o da privatização de sistemas públicos de Segurança Social, que implica custos elevadíssimos por um período de tempo considerável, porque o fim ou diminuição das contribuições precede em décadas o fim das pensões a pagamento. Assim se vê como a retórica sobre o rigor orçamental é puramente instrumental, no discurso e nas políticas das instituições europeias. Ao mesmo tempo que pressionam Estados-membros para cortar ou congelar pensões dos seus sistemas públicos, minando a confiança dos cidadãos nos mesmos, as instituições europeias mostram-se disponíveis para autorizar processos absolutamente ruinosos de privatização desses mesmos sistemas.

O Bloco defende o fim das pressões das instituições europeias para a privatização de serviços públicos, seja através de políticas europeias, seja através da reorientação de fundos comunitários, seja ainda através de acordos celebrados com outras zonas económicas, como o TiSA. O Bloco defende que o investimento nos serviços públicos e a provisão e gestão públicas, como condição para a garantia da sua qualidade e universalidade e não aceita que essa política possa ser condicionada pelas imposições europeias.

Habitação Pública, em Portugal e na Europa: está na hora

Portugal nunca apostou numa verdadeira política de habitação pública, tendo deixado entregue a provisão de um direito essencial – e primordial na garantia de acesso a outros direitos – na mão de privados. Em Portugal, apenas 2% do parque habitacional é público.

Já as políticas de garantia do direito à habitação passaram principalmente por medidas de apoio ao crédito para aquisição de casa própria, o que torna Portugal num país em que a resposta habitacional é garantida por créditos bonificados controlados pela banca.

Em 2012, com a Lei de Assunção Cristas, a liberalização do Alojamento Local de Adolfo Mesquita Nunes, os Vistos Gold e a intensificação do Regime de Residentes Não Habituais, assim como enquadramentos de regulamentação extremamente liberalizada dos fundos de investimento, Portugal tornou-se profundamente vulnerável ao mercado de capitais internacionais, que desestabilizam o mercado de arrendamento em Portugal desde então.

Não bastasse esta vulnerabilidade multifacetada, a crise esmaga os rendimentos de quem vive do seu trabalho e o investimento bancário e da finança internacional prolifera ao mesmo tempo que milhares de pessoas entregam a sua casa ao banco. Nas principais cidades, a financeirização dos solos ganhou velocidade estonteante e as mais-valias aumentaram exponencialmente nos últimos 4 anos.

Processos como o da privatização da Fidelidade, com a entrega de ativos imobiliários a fundos-abutres, tendem a agudizar a financeirização e a agravar a falta de resposta habitacional. Não obstante a reabilitação urbana, a crise habitacional intensificou-se desde 2014 e a resposta decidida a nível de investimento público e da reversão de instrumentos de dumping fiscal e de captura de imobiliário pela banca e fundos imobiliários não tem sido política adotada por qualquer Governo.

De facto, o atual governo continua a apostar na criação de instrumentos financeiros e na captação de investimento internacional como forma de financiar a construção e reabilitação em Portugal. A reabilitação urbana tem estado ao serviço do turismo e do investimento estrangeiro, os solos têm sido artificialmente valorizados, e ainda continua a haver demasiados fogos devolutos, muitos deles pertença da Banca e de Fundos Imobiliários. A par disso, a habitação pública é pressionada na garantia da resposta para a maioria da população que auferir rendimentos médios de 800 euros. No entanto, a sua construção é adiada.

É, por isto, necessária uma intervenção decidida e de mudança de paradigma na forma de propriedade das cidades, e o Estado, com a responsabilidade de décadas de abandono, tem o dever de investimento que garanta o Direito à Habitação. Nesse sentido, a resposta passa pelo investimento decidido em Habitação Pública, na criação de um Serviço Nacional de Habitação e na garantia de respostas públicas de arrendamento, que protejam os inquilinos dos ventos e tempestades do mercado.

Mas é também necessária uma resposta que desencoraje a financeirização dos solos, a acumulação de apartamentos e casas vagas, nomeadamente pela Banca e Fundos de Investimento, e que estes ativos passem a estar ao serviço da função social da habitação. No caso do turismo e serviços, que inutilizam o edificado que anteriormente detinha função habitacional e intensificam a gentrificação, deve haver uma intervenção forte de limitação da solução apresentada, que garanta um equilíbrio entre a resposta necessária a nível turístico e uma maior resposta a nível habitacional, canalizando o fluxo turístico para zonas menos centrais das cidades portuguesas e impedindo a transformação de mais unidades habitacionais em serviços turísticos.

A solidariedade e mobilização das cidades europeias contra a crise da habitação é essencial e tem sido notória. Também aqui, a União Europeia não tem acompanhado a vontade democrática das populações,, permitindo e encorajando uma competição entre Estados-membros, como regra, na captação de investimento, o que financeiriza os solos de cada país e ao mesmo tempo permite o abandono de largas partes do território. Os mecanismos de dumping fiscal e social, assim como de atração de capital internacional não podem atuar em roda livre, e foi precisamente o que a UE permitiu. Também na habitação, está na hora de intervir e desfinanceirizar.

O Bloco defende uma política de habitação em que a provisão pública não seja limitada à habitação social, antes tenha a capacidade de pressionar o mercado. Esse objetivo tem sido condicionado pelas restrições orçamentais, quer pelo facto de estas abrangerem as despesas de investimento, quer pela pressão que criaram para a alienação de património público, diretamente ou através da privatização de empresas públicas. Além disso, são necessárias medidas que disciplinem o mercado de habitação, desincentivando a especulação, a concentração e o absentismo. Isso passa pela imposição de regras ao sistema financeiro na sua relação com o imobiliário: a dação em pagamento, limites à concentração de propriedade por fundos e bancos, e disponibilização obrigatória de imóveis devolvidos, ao fim de seis meses.

O trabalho no centro da democracia outra vez

O ataque aos direitos dos trabalhadores é provavelmente o ciclo mais longo da política europeia. Há 40 anos, Margaret Thatcher era eleita Primeira-Ministra do Reino Unido para o primeiro de três mandatos, em que os direitos do trabalho foram atacados de uma forma que não tinha precedentes. A integração europeia faz parte desse ciclo longo, apenas possível graças a um consenso que uniu a direita e os socialistas num consenso política em que a “flexibilização do mercado de trabalho” era e é um ponto central. Com avanços, recuos e particularidades, a tendência destas quatro décadas é constante: a precarização das relações de trabalho, a alteração da relação de forças entre capital e trabalho, e o aumento das desigualdades e da pobreza foram uma constante.

A cada vaga de desregulação, a promessa foi sempre a mesma: um mercado de trabalho desregulado traria, a prazo, mais emprego e melhores salários. A promessa, nunca cumprida, continua a ser renovada pelas instituições

europeias, quando exigem novas medidas desreguladoras. A própria arquitetura da União Europeia e do Euro engendraram um regime de competição entre Estados, em que a principal variável de ajustamento são os salários.

A era da precarização do trabalho, na realidade, trouxe exatamente o contrário: crescimento anémico, redução da parte do trabalho no rendimento e aumento das desigualdades. A hegemonia liberal que orientou a integração europeia está a destruir o que resta do contrato social do pós-guerra, o período de maior prosperidade de sempre na Europa.

O Bloco defende o resgate dos direitos do trabalho que têm vindo a ser destruídos. Defendemos um regime de proteção do trabalho em que os contratos sem termo sejam a regra, a precariedade seja erradicada e a contratação coletiva volte a abranger a esmagadora maioria dos trabalhadores. Queremos que o princípio da proteção do trabalho volte a nortear toda a legislação laboral, conduzindo ao desejável aumento dos salários e às condições de exercício da democracia, o que inclui a democracia no local de trabalho.

Vencer a dependência, descarbonizar a economia

A maior assimetria decorrente do processo de integração europeia, agravada pela entrada no Euro, é a que resulta de um processo de integração desigual, que provocou desequilíbrios económicos colossais. Entre 1996 e 2014, o endividamento da economia portuguesa aumentou de 13 para 119% do PIB. A narrativa do despesismo visa precisamente ocultar a verdadeira natureza dos problemas económicos do país: uma integração precipitada, deficiente e altamente danosa, que não só não resolveu como agravou os fatores de dependência da nossa economia. Assim, uma resposta da esquerda à crise tem de atacar os fatores de dependência económica do país.

Acresce que muitos desses fatores de dependência estão diretamente relacionados com o uso de combustíveis fósseis. É o caso evidente da aposta insuficiente nas energias renováveis, mas também em setores cuja debilidade tem impactos ambientais e financeiros, como os transportes coletivos, a reabilitação urbana e a eficiência energética, a agricultura e pecuária extensivas e de proximidade, entre outros.

Os desafios da transição energética e da descarbonização implicam uma política de desenvolvimento e investimento público. O país tem condições ímpares para a produção de energias renováveis e para uma agricultura de proximidade. Essa aposta é imprescindível e implica, não apenas o fim do paradigma das energias fósseis, mas também a rejeição da falsa alternativa da energia nuclear. A aposta em modelos de negócio altamente poluentes e globalizados, com emissões e externalidades crescentes, deve, assim, ser revertida. O transporte de animais vivos deve ser travado e a construção de novas barragens parada. A possibilidade de exploração da plataforma continental, através da sua entrega a monopólios extrativistas de hidrocarbonetos ou minerais presentes no mar profundo, deve ser travada, sob pena de uma ação cada vez mais danosa para o país e que intensificará a exposição às alterações climáticas. A biodiversidade e a economia local devem ser privilegiadas na política de pescas, com aposta em campanhas de diversificação da pesca e a valorização de uma política do mar, solos e água não extrativista. O direito humano à água deve ser garantido, através da manutenção na esfera pública dos serviços de água e saneamento, de uma política de limitação de culturas agrícolas que consomem recursos excessivos, de água e solos, ou do uso de fitofármacos danosos para o ecossistema.

Um novo modelo de produção alimentar

Hoje, debater a política agrícola e alimentar, tem muito que ver com a forma como as regiões e os países podem construir um futuro mais sustentável. É necessário construir paisagens alimentares heterogêneas que sejam integradoras dos produtores e consumidores numa relação de proximidade e democracia. A atual oligarquia instalada no retalho determina, em muitas circunstâncias, os métodos de produção e uniformiza os sistemas agrícolas e alimentares, degradando a capacidade de resiliência dos mesmos, porque ignora um conjunto de fatores de regulação sociais, económicos e ecológicos, que são característicos de cada local. A consequência é uma enorme destruição socioeconómica e ambiental. Responder a este atentado exige que a política agrícola e alimentar sejam tratadas como um todo, com uma base democrática e soberana mas não nacionalista. As necessárias transformações que o futuro exige ao nível dos sistemas de produção, com maior preservação ambiental e qualidade dos alimentos, só serão possíveis de concretizar se acompanhadas de transformações da mesma magnitude ao nível de toda a cadeia de distribuição e comercialização de alimentos. É para esse

desafio que necessitamos da política agrícola comum e as alterações climáticas em curso só sublinham a sua urgência. Chegou a hora de colocar o direito à alimentação e a via para a soberania alimentar no centro da PAC. É imperativo ir à raiz dos problemas e estabelecer políticas de regulação do mercado, de modo a assegurar, por um lado, que os que produzem os alimentos não ficam desprotegidos e, por outro, deixar de enriquecer os que distribuem esses mesmos alimentos.

A democracia é agora

O Bloco de Esquerda apresenta nas Eleições Europeias uma proposta para defender a democracia, em todas as suas dimensões. O compromisso com os direitos do trabalho e com o Estado Social, com o desenvolvimento económico e a transição energética, com a liberdade e a igualdade, é hoje mais importante do que nunca. Travaremos esse combate em todos os terrenos.

Mantemos o projeto de uma Europa de democracia, liberdade e solidariedade. É esse compromisso que impõe a insubmissão à União Europeia dos Tratados e das regras do euro. O projeto ultraliberal foi dominante no processo de integração europeia, desde o seu início; mas hoje observamos as suas manifestações mais agressivas e perigosas. É por isso que defender uma Europa democrática é defender a democracia em todos os campos de luta, a começar por onde esta se mostra mais forte: nos Estados em que cada um nasceu.

O Bloco de Esquerda candidata-se às Eleições Europeias de 2019, pronto para combater as derivas ultraliberais e autoritárias, pronto para defender os direitos do trabalho, o Estado Social e a democracia. Por uma Europa de povos que decidem o seu destino, estamos prontos.